

ATA DA 113ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho de 2003, na sala de reuniões do CAP, às 10:00 horas, sob a presidência do Sr. José Carlos de Oliveira Mendes reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos conselheiros Juarez Moraes e Silva, Cláudio Fernando Daudt, Mário Manoel das Dores Roque, Ogarito Borgias Linhares, Orsival Francisco, Carlos Alberto Silveira Calvo, Arivaldo Barbosa José, Carlos Gilberto Guadhain Matozo, Maria do Socorro de Oliveira, Luiz Antônio Fayet, Ailton Galinari, Zulfiro Antônio Bósio, José Roberto Almeida Corrêa, Luiz Henrique Roos, Adriano Gustavo Vidal, Luiz Antônio de Mattos e dos convidados, CMG Osmar Pedro da Cunha, Capitão dos Portos, Hélio José da Silva, Weitor Wallace de Mello e Silva, da Ferroeste, José Albino Gonçalves Neto, Representante do Ministério da Agricultura. **Abertura da Reunião:** O Presidente deu início à reunião cumprimentando e agradecendo a todos os presentes. **Justificativa de Ausência:** Dos Conselheiros José Sílvio Gori, José Carlos Gomes Carvalho e Carlos Roberto Frisoli. Deu posse ao Conselheiro Suplente da Presidência do CAP do Bloco do Poder Público, Sr. Hélio José da Silva. **Aprovação da Ata:** Por unanimidade a Ata 112ª Reunião Ordinária foi aprovada sem ressalvas. **Informe:** Número de Operadores Portuários Qualificados, posição de 25 de junho de 2003, são de 54 operando no porto. O Sr. Presidente reportou-se ao ofício circular 21/03-CAP, encaminhado aos Conselheiros contendo a pauta e o expediente, a fim de que os mesmos tomassem ciência do teor dos documentos tramitados durante o mês de junho, no CAP, questionando aos Conselheiros se gostariam de conhecer na íntegra algum expediente. O Sr. Presidente respondeu a indagação do Conselheiro Fayet sobre os ofícios 33/03-CAP e 1433-SENAI, dizendo que os assuntos foram discutidos nas Comissões específicas e serão relatados posteriormente. **Relatório Gerencial da APPA:** O Conselheiro Ogarito distribuiu aos presentes o Relatório Gerencial, com a movimentação de cargas no período de maio/2003: Movimentação de Carga Geral - Exportação (294.424 toneladas), Importação (132.350 toneladas); Graneis Sólidos - Exportação (1.983.451 toneladas), Importação (466.362 toneladas); Graneis Líquidos - Exportação (274.063 toneladas), Importação (94.689 toneladas); Contêineres - Exportação (11.633 TEU), Importação (12.412 TEU); Veículos (6.211 unidades), Importação (810 unidades); Movimento de Navios no Porto 198. Porto de Antonina: Exportação (52.241 toneladas) e informou que alguns assuntos estão sendo acelerados e que, evidentemente, serão tratados na Comissão do FUNSILO e FUNPORT. Que foi feita a reprogramação do dispêndio na ordem de 13 milhões já definidos, e mais 9 milhões de aprofundamento que ocorrerá a partir de julho. Iniciando-se também os processos licitatórios no sentido de cumprir, se não na totalidade, mas o início do processo de investimento desses dois Fundos que são extremamente importantes. Com uma agregação significativa de valores que estão sendo discutidos, e o aprofundamento do 12, 13 e do 14 para 14 metros. A obra do cais oeste que contempla o aprofundamento do 8 ao 1, entendendo que o restante do porto deve ser aprofundado. Começando pelos três berços do Corredor de Exportação, que deve ser tratado na Comissão específica. A Diretoria da APPA tomou uma série de procedimentos em relação à draga, no sentido de ter um encaminhamento do contrato da sua efetiva ação de resultado ou de um outro que traga um canal limpo, com calado para o Porto de Paranaguá. O Sr. Presidente indagou ao Conselheiro Ogarito, sobre o cais oeste, a nível de informação oficial. O Conselheiro Ogarito disse que oficialmente acaba de chegar à Superintendência a notificação do Ministério dos Transportes informando do cancelamento da licitação em Brasília. Que as condições e a proposta de execução de convênio entre o Governo do Paraná e o Governo Federal, para transferência de verba, a fim de que o Porto de Paranaguá faça a licitação e a obra. Reafirmou que a posição do Governador, em participar da obra, e do Governo Federal em transferir esse recurso, dando uma demonstração de confiança no Governo do Paraná. O Sr. Presidente agradeceu a explanação do Conselheiro Ogarito e na mesma oportunidade saudou a presença da Maria do Socorro, por ter concluído mestrado em Portos na Universidade de Madri, dizendo que: "é uma alegria tê-la como uma mestra em nosso meio". **Relatório Gerencial do Porto de Antonina:** Passou a palavra ao Conselheiro Juarez que destacou os aspectos específicos; crescimento até junho/2003 de 46%, em relação ao mesmo período de 2002, com destaque aos siderúrgicos e carnes. Destacou também, os graneis sólidos basicamente fertilizantes e sal onde em 10 dias foram operados 46 mil toneladas. Informou que Antonina perdeu, no mês de junho, dois navios para Porto de Imbituba e São Francisco do Sul, dizendo que a concorrência não seria entre os dois portos e sim com os demais Estados. É um desafio que deve ser enfrentado. Sobre receita e despesa o Porto se mostra superavitário em 40%. Na questão da **Inframar e Funmar**, Antonina teve seu calado reduzido de 10 para 9.3 metros por questão de assoreamento. Esses 9.3, com restrições de operações, ou seja, só em condições excepcionais de clima e maré para poder

operar, isso implica em 5 a 7 mil toneladas a menos por navio. A comissão de dragagem, que será apresentada pelo Conselheiro Ogarito analisará essa questão. Com relação aos eventos e ações deste mês, informou que a operação de barcaça voltou a funcionar no dia 10 e a previsão era para o dia 15. A ferrovia Morretes Antonina está pronta até a Estação Ferroviária. Para chegar ao Porto, a Direção do Porto de Antonina vem procurando solucionar uma dificuldade criada pela Família Matarazzo que impediu o trabalho da ALL. O Ministério Público, e a Justiça Federal estão tentando equacionar o impasse. Acredita-se que até ao final do mês o trecho seja restaurado até o porto. A obra é muito rápida, os recursos humanos e financeiros já estão alocados para isso. Com relação aos projetos de terminais de grãos líquidos devem ser cumpridos os prazos, até 30 de julho em relação à consolidação do projeto, depois têm os trâmites legais. O Presidente questionou sobre o prazo dado a ALL, 30 de julho previsto, se esse processo está em andamento dentro da adequação da ferrovia. O Sr. Juarez informou que para que se cumpra esse prazo a Justiça Federal deverá intimar a Família Matarazzo a não obstruir o trabalho, que está sendo encaminhado ao Ministério Público que entrou com uma petição, junto a Justiça Federal, em Paranaguá. Paralelamente, o Jurídico do Porto e da Prefeitura de Antonina, fizeram um amplo estudo, resgatando 80 anos de história daquele trecho e mostrando que essa concessão venceu em 1981. A concessão da Prefeitura para o Matarazzo. Esse trecho, hoje, pertence à Prefeitura de Antonina. Agora são questões judiciais que sempre se tomam imprevisíveis. Tomando da palavra o Sr. Presidente colocou aos Conselheiros que no segundo semestre, o CAP deverá se reunir em Antonina, dando a cidade o prestígio que merece, solicitando, assim, a aprovação dos Srs. Conselheiros. Questão aprovada por todos.

Relatório das Comissões: Comissão Tarifária e Orçamentária: O Conselheiro José Roberto Almeida Corrêa, informou que a Comissão recebeu da Presidência do CAP uma correspondência do TCP onde pedia Ata homologando os novos valores máximos que poderiam ser aplicados pelo TCP, oriundos de uma Ordem de Serviço, n.º 226/02, de 09.12.2002 e que a própria Presidência já havia respondido ao TCP que não houve reunião homologando o documento solicitado. A Comissão reuniu-se em 24/06/02 e opinou pelo encaminhamento a APPA/PROJUR, para Parecer Jurídico quanto ao aspecto legal. Assim que a Procuradoria Jurídica formular o parecer, será marcada uma nova reunião. O Sr. Presidente relatou que é de competência do CAP a homologação de tarifas. No uso da palavra o Conselheiro Bósio, disse que concorda com a sugestão do Conselheiro Fayet considerando que na mudança ocorrida no Porto, como a Presidência do CAP, novos Conselheiros, e a nova Diretoria do Porto, deveria ser revisto e ser repassado e renovar as ações, evidentemente que todos os assuntos de melhorias que venham facilitar o tramite e a burocracia que se tem Porto.

Comissão de Atração de Cargas e Fomento e Ação Industrial e Comercial do Porto: Antes de passar a palavra o Sr. Presidente informou que se reuniu com o Conselheiro Orsival, na Delegacia do Ministério da Agricultura, em Curitiba, e ficou acertado que será convidado permanente do CAP o representante do Ministério da Agricultura em Paranaguá, uma vez que se tem a presença da Marinha, da Fazenda, a Agricultura é um componente desse tripé do funcionamento da interação com o Porto, bem como a Ferroeste. Tomando a palavra, o Conselheiro Bósio disse que a iniciativa do CAP em convidar e trazer um representante do Ministério da Agricultura é de extrema importância. O Conselheiro Carlos Alberto Calvo relatou, sobre as dificuldades encontradas por Paranaguá e Antonina com perdas de cargas com produtos frigoríficos para o Porto de Itajaí/SC. Um dos motivos alegados é com a burocracia do Ministério da Agricultura, no setor animal, enquanto que Itajaí, a liberação ocorre com maior facilidade e flexibilidade. A Comissão se reuniu no dia 16.06.03, contando com as presenças do Presidente do CAP, TCP, Ponta do Félix, Sindicato dos Despachantes Aduaneiros, Dr. Albino e técnicos na área animal, do Ministério da Agricultura de Paranaguá, onde foi discutidos os motivos que levam os clientes e exportadores de produtos frigorificados a preferirem exportar através do Porto de Itajaí em detrimento aos Portos de Paranaguá e Antonina. A Comissão achou por bem solicitar aos usuários, exportadores, agentes e despachantes analisarem, discutirem e elencar as dificuldades com relação ao Ministério da Agricultura, para ver da possibilidade de se rever esses processos e procurar uma solução local, sendo que até o momento não se obteve retorno. Definiu, também, que deveria ser elaborado um documento do CAP a ser encaminhado ao Ministério da Agricultura, em Brasília, contemplando as reivindicações que já foram feitas pelo setor do Ministério local para que viabilizem maiores condições que possibilitem um melhor atendimento em Paranaguá. Com a palavra o Dr. Albino disse que desconhecia o assunto e com a esta aproximação com o CAP, acredita que o problema seja solucionado. Os Conselheiros Antonio Mattos e José Corrêa falaram que o custo logístico e infra-estrutura do Porto de Itajaí são melhores que Paranaguá e as vias acesso em torno do Porto estão ruins. O Prefeito Mario Roque usando a palavra falou sobre as vias de acesso ao Porto que se encontram intransitáveis, dizendo também que esteve em Brasília a convite do Ministério dos Transportes para participar de audiência pública na comemoração aos 10 anos da Lei de Modernização dos

Portos, onde fez questão de passar a situação do Porto de Paranaguá, que não é diferente dos portos de todo o Brasil. Nessa oportunidade fez um pronunciamento, dizendo da preocupação da competitividade, da modernização. Porque a rapidez, a carga que é exportada com mais agilidade depende também do transporte da chegada mais rápida. Informou que assinou convênio com o Governador Requião no valor de 325 mil reais para tapar buracos nas vias de acesso ao Porto. Existe negociação do Governo do Estado, através do DER, Prefeitura e a própria Administração Portuária para que seja feito esse acesso de concreto. Disse que é uma necessidade. A situação na cidade é crítica, ela tende a continuar se o Governo do Estado e o Governo Federal não se unirem e tomarem uma atitude, porque o município não tem condições de dar manutenção, e mais ainda com o Porto dentro do Município, a Prefeitura não recebe IPTU. Aproveitando da oportunidade, falou sobre o problema do lixo, do lixo hospitalar, lixo doméstico e lixo internacional que vem dos navios. Os operadores, os agentes de navegação têm haver muito com essa retirada do lixo e onde serão colocados. O lixão da Prefeitura estava interditado há muitos anos. A Prefeitura fez um estudo, inclusive parabenizou a Sadia que ajudou a pagar uma empresa que fez estudo na região do Rio das Pedras, localizando três setores mais argilosos, não arenosos e que impermeabiliza melhor. Esse estudo foi levado a Secretaria do Meio Ambiente, Ministério Público e depois de feita projeção a Prefeitura foi informada que essas áreas são passíveis de serem usadas. A Prefeitura recebeu do Ministério Público autorização para realizar naquelas áreas o EIA-RIMA, para que possa receber um aterro sanitário para solucionar o problema. Visto que esse problema é também da alçada da área portuária, que são os agentes de navegação com os navios constantemente na cidade com lixo. É uma notícia boa também ao nível de CAP. O Presidente do CAP informou que o relatório continuará em aberto e agregado de novos fatores, que além da questão com o Ministério da Agricultura que possam ser resolvidas e agilizadas. Esse relatório deverá ser aprofundado no estudo das questões que estão atrapalhando na Atracção de Cargas a Paranaguá.

Comissão de Acompanhamento do Treinamento Portuário: O Presidente do CAP passou a palavra a Conselheira Maria do Socorro em substituição ao Relator, que informou que a Comissão se reuniu, com a participação do Comandante, mas o Órgão Gestor de Mão-de-Obra - OGMO/PR., não compareceu. Ficou, então, marcada para uma próxima oportunidade. Com a palavra o Comandante Osmar falou que o nome de Centro de Treinamento tornou-se infeliz nos inícios dos trabalhos, uma vez que se entende como local físico, sugerindo que na próxima convocação seja bem abrangente como Coordenação de Treinamento Portuário, Aquaviário e de Atividades Correlatas e assim o OGMO entenderá que é de sua responsabilidade. O Presidente falou que cobrará da Comissão para a próxima reunião, uma definição mais detalhada, com a participação do OGMO.

Comissão de Acompanhamento Dragagem, Manutenção e Modernização da Infra-Estrutura Portuária - FUNMAR: O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Ogarito que falou sobre o saldo do mês anterior de R\$10.188.146,23, receita de maio de R\$1.708.384,46, totalizando a receita em R\$ 11.896.530,63, despesa do mês, foi a Bandeirantes Dragagem Construção Ltda., R\$614.715,00, fatura referente a janeiro quando se iniciou o trabalho. O Contrato dizia que na mobilização ela receberia a fatura de dezembro, que ocorreu no dia 04.04.2003, nos inícios dos trabalhos receberia a fatura de janeiro, em 17.04.2003, a partir daí ela receberia sucessivamente na forma do contrato mês a mês, portanto venceria no 28.05.2003 a próxima fatura, não foi paga porque a draga ficou paralisada totalmente em 26.05.2003 e no seu próprio relatório existe toda uma produção baixíssima e por isso houve um questionamento, em termos de fiscalização do pagamento. A próxima fatura a ser vencida pelo cronograma de seguro ocorreria no dia 28.06.2003, embora haja um questionamento todo de produtividade e de resultado da draga da efetiva realização do trabalho e outras despesas, totalizando a despesa em R\$ 644.681,69, o saldo foi superavitário em 31/05/03, num total de R\$ 11.251.848,94. Relatou que a Comissão se reuniu, no dia 24 de junho de 2003, às 15h00 onde se discutiu: Produtividade da draga no período, que foi extremamente baixa, participou da fiscalização onde se fez um diário de bordo com todo o levantamento dos dias parados, das horas parada, isso levou mais ou menos cinquenta por cento do tempo da draga quebrada e parada. A contratação do Eng.º Naval habilitado para periciar, no sentido de avaliar as condições do equipamento e sua possibilidade de atendimento ao Contrato firmado entre a APPA e a Bandeirantes Essa foi uma sugestão da Direção do Porto, no sentido de complementarmente ao ofício enviado a Capitania, pedindo uma vistoria sobre as condições da navegabilidade e das exigências naturais da draga, mas também está se verificando condições objetivas através da contratação de um Eng.º Naval, para ver se essa draga tem condições de atender o Contrato dado o volume de paralisações. No momento, a draga está dragando, tem conseguido ficar nesses últimos cinco dias em condições de dragar, mas isso não altera o andamento das coisas, deve-se ter uma continuidade para que ela efetivamente possa cumprir as condições de contrato que é levar o calado a menos de 50 cm fora da variação dos 15 metros que é o que determina o contrato. Comentou, também que recebeu correspondência do Terminal de Contêineres de

Paranaguá, que manifesta preocupação em relação ao que diz respeito aos calados existentes nos berços 215/216, que teve por parte da Comissão a seguinte posição: que será mantida a manutenção do aprofundamento oficial dos referidos berços e que seja efetuado pelo interessado o aumento do aprofundamento ou serão analisados de acordo com a futura disponibilidade financeira. Primeiramente deve-se tratar da manutenção dos calados existentes, segundo passo a discussão do programa geral de aprofundamento, caso o interessado deseje aprofundar, ele pode fazê-lo às suas expensas. O item seguinte, da correspondência da Paranaguá Pilots Serviço de Praticagem, referente à solicitação do restabelecimento do sinal náutico, assunto já adiantado, no sentido de quando a draga está dragando, muitas vezes tem que puxar a bóia n.º 4, como ela estava quebrada a Paranaguá Pilots pede que se restabeleça no local. Com o retorno dos trabalhos de dragagem esta questão também é tratada dia a dia. Discutiu-se também, a Notificação Extrajudicial conforme premissa legal emitida pela APPA à Companhia Bandeirantes, no sentido do seu não cumprimento do contrato. Fala essa notificação da não dragagem. A empresa Bandeirantes responde dizendo que não recebeu, fevereiro, março e abril e maio/2003, por isso não dragava. Informou que a APPA já respondeu, com o próprio contrato e com a própria carta da Bandeirantes, item a item fazendo demonstrativo claro do contrato, do pagamento feito e não feito. Disse também, que não foi alterado as condições do edital na repactuação do contrato, mas sim as condições financeiras. O Conselheiro Fayet solicitou que constasse em Ata que a Federação da Agricultura do Paraná, não exclui a possibilidade de mover uma ação de responsabilidade no caso de constatação de perdas. A responsabilidade será de quem for culpado, porque o Porto de Paranaguá tem uma movimentação fantástica, é o principal porto agro-negócio do Brasil, não se pode imaginar que estas questões fiquem restritas a relação Porto e uma Companhia de Dragagem. Como bem falou o Comandante da Capitania dos Portos, que o Diretor Ogarito tem feito esforço porque pegou um problema extremamente complexo desde as características do contrato e seria interessante que essa questão fosse alertada, também, a essa Companhia. Como segundo pedido, sugeriu que a Comissão gerasse um documento que permitisse levar essa questão ao Ministério dos Transportes, a ANTAQ e a outras autoridades porque não se pode deixar na mão, às vezes, de uma irresponsabilidade local, milhões de pessoas que estão envolvidas na produção, no momento em que o País está no maior desespero nas suas contas externas e problema de emprego e renda. Necessita-se de um relatório até a próxima reunião do Conselho para ser dirigido às autoridades. O Presidente sugeriu que se produza um documento elencando com objetividade todos os dados desse contrato para uma análise mais profunda dado o grave problema que vem ocorrendo com a dragagem nos portos de Paranaguá e Antonina, tomando-se uma solução. Podendo-se até ser convocada uma reunião extraordinária do CAP. Esse documento deverá ser encaminhado às autoridades competentes. O Conselheiro Bósio apoiou a proposta do Dr. Fayet que como Presidente do CEXPAR e da Federação das Indústrias propõe que sejam apuradas responsabilidades se houverem prejuízos futuros. No uso da palavra o Conselheiro Juarez para responder a indagação do Conselheiro Fayet com relação a Antonina, disse que tem um déficit não dragado pela Bandeirantes Dragagem e Construção Ltda., volume devido, em torno de 750.000m³, por conta da manutenção de 8 metros, conforme o contrato e a batimetria realizada antes do aprofundamento de 10 metros da área Delta, realizado por conta dos Terminais da Ponta do Félix e a manutenção de 6 metros da área Echo. Complementando o Conselheiro Cláudio falou que tomou conhecimento do edital de dragagem recentemente em reunião na praticagem, tanto, que foi encaminhada uma correspondência ao Sr. Superintendente dizendo que a nova administração está sendo premida por tudo que está acontecendo por uma omissão do passado e concorda com Ogarito na permanência da draga. Manifestaram-se os Conselheiros: Maria do Socorro, Adriano Vidal e o Comandante Osmar, que estão preocupados com os prejuízos e as responsabilidades. **Comissão de Acompanhamento dos Fundos de Investimentos e de Manutenção – FUNPORT e FUNSILO:** O Conselheiro José Roberto Almeida Corrêa, em substituição ao Relator, Sr. José Sílvia Gori falou que a Comissão reuniu-se no dia 23/06/2003. O Relator fez um breve histórico da origem e a finalidade dos fundos FUNPORT e FUNSILO criados pelo CAP para os novos componentes da Comissão. Após apresentado os relatórios financeiros pelo Sr. Daniel Lúcio Oliveira de Souza, Chefe da Divisão Financeira da APPA, contendo demonstrativos da receita e despesas, extratos da conta/corrente, rendimentos FIF e RDB e arrecadação do mês. Saldos dos fundos em 31/05/2003: FUNPORT: R\$ 6.791.882,86 e FUNSILO R\$ 5.711.343,72, no dia 31 de maio/2003. Na sequência, os engenheiros Admilson e Tramujas apresentaram o plano 2003/2004 das obras de reformas e investimentos em serviços necessários com a utilização dos respectivos fundos. Foi solicitada a Diretoria Técnica que além do cronograma financeiro, seja informado nas respectivas planilhas a situação e andamento das obras e serviços com o objetivo de um melhor acompanhamento por parte da Comissão. A Comissão recomendou que dentro dos itens seja estabelecida prioridade, e solicita à Diretoria Técnica um

esforço no sentido de agilizar o processo de contratação e início das obras e serviços, as mesmas requer urgência para bom andamento das operações portuárias. Que se tenha um cronograma onde conste previsão de licitação, previsão de início, previsão de término das obras, para que a Comissão e o próprio Conselho possam cobrar do Porto da execução dessas obras. Assumiu a Presidência o Sr. Hélio a pedido do Sr. Mendes que usou da palavra para se apresentar, dizendo da importância do Colegiado. Que preside o Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Manaus, pertence a ANTAQ com a responsabilidade de Gerência de Desempenho Operacional, na Superintendência de Portos, onde se envolve estatística, tarifa e qualidade de serviço, é de origem do GEIPOP, se coloca a disposição dos Conselheiros dando sua contribuição. Manifestou o Conselheiro Bósio em nome de todos dando boas vindas.

Comissão de Acompanhamento do Gerenciamento no Tratamento de Resíduos e Zoonoses: Do retorno o Presidente passou a palavra ao Relator, Sr. Airton Galinari, dizendo que a Comissão reuniu-se no dia 24 de junho de 2003, decidindo que ficaria a cargo do representante técnico da APPA, o Sr. Carlos Roberto Soares de providenciar ofício da APPA, para ser encaminhado a ANVISA sobre os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos das empresas que atuam na área portuária e que também será encaminhado ofício ao Presidente deste CAP, recomendando a APPA, que seja obedecido o PGRS da APPA, quando da contratação pela mesma, para os serviços de limpeza nas áreas portuárias e registrar as empresas que não entregaram o referido Plano. O Conselheiro Bósio pediu a palavra para falar do relatório da Comissão de Ação Pró Ativa e Propositiva. Disse que dentro dos propósitos, a Comissão proporcionou um fórum de debates no Porto de Comércio Exterior para dirimir problemas técnicos e operacionais em parceria com a APPA/CAP/CEXPAP e a Superintendência da Receita Federal. O Dr. Luiz Ross, junto com seus Técnicos e os Delegados, colocaram a posição das ações, tanto da Receita como do Usuário, em benefício a todos os exportadores e a sociedade portuária na desburocratização das ações. O Sr. Presidente recomendou que a Comissão traga na próxima reunião procedimentos que possam ser debatidos e levados em ação para que este Porto tenha procedimentos que agilizem a exportação e o comércio exterior.

Assuntos Gerais: O Sr. Presidente informou que o Delegado da Polícia Federal foi convidado para participar da reunião do CAP para expor sobre a segurança portuária, porém por compromissos anteriormente assumidos, não pode comparecer. Disse, então, que deverá ser mantido o convite para a próxima reunião. O Sr. Presidente solicitou a constituição da Comissão Especial de Acompanhamento de Segurança Portuária, composta pelos Conselheiros: Zulfiro Antônio Bósio, Relator, pelo Bloco dos Usuários; Orsival Francisco pelo Bloco dos Operadores Portuários; Juarez Mores e Silva e Mário Marcondes Lobo Filho, pelo Bloco do Poder Público e Carlos Gilberto G. Matozo e Arivaldo Barbosa José, pelo Bloco dos Trabalhadores. Constituiu, também, a Comissão Especial de Acompanhamento de Produtos Transgênicos: Composta pelos Conselheiros: Luiz Antônio Fayet, Relator, pelo Bloco dos Usuários; Orsival Francisco pelo Bloco de Operadores; Maria do Socorro de Oliveira, pelo Bloco dos Trabalhadores e Mário Marcondes Lobo Filho e Juarez Moraes e Silva, pelo Bloco do Poder Público. Dizendo da importância das questões discutidas a nível internacional entre governos, serão posturas e procedimentos que devem estar sempre em dia. Dando por encerrados os assuntos pertinentes a reunião, o Presidente marcou a próxima reunião ordinária para o dia 25 de julho/2003. Solicitou que fosse marcada uma reunião para tratar da questão da dragagem. Passou a palavra para o Sr. Hélio, Suplente da Presidência do CAP, que agradeceu a todos, e colocando-se a disposição desse Colegiado não só enquanto Conselheiro empossado, mas também como funcionário da ANTAQ, na Gerência de Desempenho Operacional da Superintendência de Portos, eventualmente, se houver necessidade, na qualidade de Presidente do CAP do Porto de Manaus e informou ao plenário que estará à disposição deste Colegiado sempre que o CAP/APPA achar conveniente. Parabenizou a Coordenação e a estrutura da reunião do CAP/APPA, bem como, as Comissões, pela presença, empenho e determinação dos Conselheiros trazendo suas contribuições. Dizendo ainda, que com a participação da Comunidade Portuária existirá melhor funcionamento do Porto. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos, tendo eu Rosa Shimoisa Ebina, Secretária Executiva, lavrada a presente ata que segue assinados por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros.